LEGAL ALERT

NOVO CÓDIGO FISCAL DO INVESTIMENTO NA MADEIRA

O novo Código Fiscal do Investimento da Região Autónoma da Madeira, recentemente publicado no Diário da Repúblicaⁱ veio adaptar à Região Autónoma da Madeira, os regimes de benefícios fiscais aprovados no Código Fiscal do Investimentoⁱⁱ.

Trata-se de um conjunto de medidas que, face às características específicas da economia madeirense, tem em vista o reforço do tecido empresarial regional e garantir a retoma da dinâmica de mercado, através da fomentação de novas empresas e consequente criação de novos postos de trabalho.

Este Código engloba quatro regimes:

1. o Regime de Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento Produtivo;
2. o Regime Fiscal de Apoio ao Investimento;
3. o Regime de Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos;
4. o Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial.

O Regime de Incentivos Fiscais Contratuais ao Investimento Empresarial, prevê que até 31 de dezembro de 2020 podem ser concedidos benefícios fiscais em regime contratual por 10 anos, a projetos de investimento em setores específicos, de montante igual ou superior a 1,5 milhões de euros na Madeira ou, 500.000 euros, no Porto Santo. Tais benefícios incluem um crédito de imposto num valor entre 10% a 35% das aplicações relevantes, bem como isenções e reduções da taxa de IMI ou de IMT, e isenção de imposto de selo.

No que diz respeito ao Regime Fiscal de Apoio ao Investimento, este fixa o benefício a deduzir à coleta de IRC em 35% das aplicações relevantes, relativamente a investimentos até 1,5 milhões de euros e de 15%, relativamente à parte do investimento que exceda este montante.

No âmbito do Regime dos Incentivos Fiscais aos Lucros Reinvestidos, permite-se deduzir à coleta de IRC até 15% dos lucros retidos que sejam reinvestidos, no prazo de dois anos, em aplicações relevantes; podendo tal dedução atingir 25% da coleta de IRC, com o montante máximo anual dos lucros reinvestidos de 1,5 milhões de euros.

Finalmente, no que diz respeito ao Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial, não existem alterações em relação ao regime em vigor, permitindo-se a dedução à matéria coletável de 32,5% (com possibilidade de majoração) do valor correspondente às despesas com investigação e desenvolvimento realizadas no respetivo período.

O novo Código Fiscal do Investimento na Madeira constitui um instrumento de grande interesse para o crescimento e desenvolvimento da atividade comercial a partir desta região; contudo, a sua aplicação concreta implica uma análise cautelosa dos seus requisitos. Neste sentido, a MLGTS está disponível para o esclarecimento de qualquer questão e aconselhamento jurídico tendo em vista um aproveitamento adequado das oportunidades apresentadas.

Manuel Freitas Pita | manuelfpita@mlgts.pt

www.mlgts.pt

ⁱ Decreto Legislativo Regional n.º 24/2016/M

ⁱⁱ Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro